

# O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte\nordeste mineiro (1860-1940)

Júnia Maria Lopes Martins\*  
Marcos Lobato Martins\*\*

## RESUMO

Neste trabalho, tenta-se reconstituir um pouco da história do Colégio Nossa Senhora das Dores, educandário feminino da cidade de Diamantina que, entre 1867 e 1940, foi freqüentado por jovens da elite do norte/nordeste mineiro e da Bahia. A ênfase recai sobre a análise das relações que uniam as alunas entre si e às suas educadoras, de modo a apreender o funcionamento cotidiano dessa tradicional escola mineira. Para isso, utilizam-se principalmente depoimentos de ex-alunas e de antigas professoras do educandário.

## ABSTRACT

This article tries to restore the history of Nossa Senhora das Dores' School, a female institution in Diamantina, which received young ladies from the elite of the North and Northeast of Minas Gerais and Bahia in the period from 1867 to 1940. The emphasis is on an analysis of the relationships between students among themselves and their teachers so as to study the daily functioning of this traditional boarding school of Minas Gerais. The article was mainly based on recollections taken from former students and former teachers as well.

**Key words:** History of education - female education - boarding schools - Diamantina - Minas Gerais - Bahia

\* Professora do Curso de Pedagogia da Fac. Filosofia e Letras/Diamantina.

\*\* Professor de História do Colégio Diamantinense/Diamantina.

A partir da segunda metade do século passado, e até a primeira metade deste século, a educação das mulheres das elites mineiras passou a ser desenvolvida principalmente em educandários católicos, através do regime de internato. Alguns destes educandários se destacaram bastante, recebendo alunas provenientes das mais diversas regiões de Minas Gerais e de outras partes do Brasil. É o caso da Casa da Providência de Mariana e do Colégio Nossa Senhora das Dores, de Diamantina, fundado em 1866, e que começou a funcionar em 1867.

Apesar de serem responsáveis pela educação de várias gerações de jovens, é pouco ainda o que se sabe acerca da educação que esses internatos ofereciam, dos processos pedagógicos que utilizavam e da maneira como cada um funcionava. Nesse particular, há um vazio na historiografia da educação, que só agora começa a ser preenchido.

O presente trabalho tentará resgatar um pouco da história do Colégio Nossa Senhora das Dores que, entre 1867 e 1940, educou mulheres de todo o norte/nordeste mineiro e da Bahia, reconstituindo, ainda que parcialmente, a teia de relações que unia as jovens entre si e às suas educadoras. Nosso intuito é o de apreender o funcionamento cotidiano do tradicional educandário dimantense, investigar as relações ali estabelecidas, de modo a avaliar o peso da escola na definição dos papéis sexuais, na formação e história das mentalidades de mulheres.

Para descobrir o lugar de conformismo e compromisso, mas também de riscos, confrontos e conflitos em que se locomoveram gerações de moças mineiras, lançaremos mão sobretudo dos relatos de ex-alunas e antigas professoras e reavaliaremos, em função de novos objetos relativos ao estudo da mulher na história do Brasil, as fontes disponíveis: documentos escolares e testemunhos de historiadores, cronistas e escritores que fizeram referências ao Colégio Nossa Senhora das Dores.

### 1. Uma Explicação Necessária: O Cenário Mineiro entre 1860 e 1940 e a Educação Feminina

É possível obter um conjunto bastante completo de informações versando sobre aspectos administrativos — datas de fundação, períodos de funcionamento, instruções oficiais, etc — dos educandários femininos mineiros criados a partir da segunda metade do século XIX. Para isso, basta consultar obras como as de Paulo Krüger Corrêa Mourão (Mourão, 1962), que realizam um levantamento factual exaustivo das instituições de ensino fundadas nos tempos do Império e da Primeira República. Nelas podemos encontrar detalhes a respeito do corpo docente e da organização curricular dos colégios para mulheres, especialmente quanto ao Educandário de Macaúbas, ao Colégio Providência de Mariana e ao Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina, todos entregues aos cuidados de religiosas.

Todavia, naquelas obras e em documentos convencionais, como nos relatórios de autoridades escolares, praticamente nada se encontra a respeito do cotidiano dos educandários femininos. A vida que fluía nas diversas modalidades e de relações que entre si

estabeleceram alunas e religiosas encontra-se muito mais “registrada” em diários, relatos autobiográficos, cartas de educadoras e alunas e, principalmente, nas memórias das hoje velhas senhoras que freqüentaram aqueles colégios. Assim, a própria natureza dos dados que procuramos torna viável, e até mesmo exige, o recurso à história oral (ALBERTI, V., 1988)

O que torna válidos esses depoimentos para a recomposição de um painel de funcionamento do educandário, que abarque todo o período entre 1867 e aproximadamente 1940, é o ritmo bastante lento com que ocorreram modificações nas estruturas sociais e culturais da região, em função do isolamento do norte/nordeste mineiro em relação às áreas mais dinâmicas do Estado. Isso permitiu que os padrões tradicionais da sociabilidade permanecessem operando, especialmente no que concerne aos papéis masculinos e femininos consensualmente estabelecidos, graças sobretudo à força ideológica da Igreja Católica. As concepções da Igreja sobre a educação feminina mantiveram-se inalteradas durante o Período Imperial e a Primeira República. O ensino oficial conservou grande parte dos aspectos que apresentava no século XIX, alterando-se substancialmente apenas a partir da década de 30. E Diamantina permaneceu alheia aos movimentos sociais e culturais renovadores da década de 20 que atingiram Rio de Janeiro e São Paulo, o que também se pode afirmar até mesmo em relação a Belo Horizonte.<sup>1</sup>

Afinal, não se deve esquecer que, entre 1860 e 1940, Minas Gerais era Província/Estado agrícola, produzindo cereais, carne bovina e laticínios, embora continuasse a mineração do ouro e do diamante. O café produzia bons rendimentos na Zona da Mata e no Sul, expandindo-se pelo Triângulo. Mas, com exceção de Juiz de Fora e Belo Horizonte, somente a partir da década de 40 assiste-se a um processo significativo de industrialização do Estado.

Por volta de 1920, apenas 11% dos mineiros viviam nas sedes dos municípios e, em 1940, esta porcentagem não ultrapassava 25%. Eram raras as cidades com mais de 5000 habitantes, e os centros industriais mais importantes — Juiz de Fora e Belo Horizonte — tinham fábricas pequenas e orientadas para o mercado local, empregando mão-de-obra reduzida. (CF. WIRTH, 1985)

No interior, a população dispersava-se pelas fazendas e sítios; as comunicações eram extremamente difíceis. Desse modo, Minas possuía regiões de grande conservantismo com relações tradicionais do domínio agrário e patrimonialista. Esse é especialmente o caso do Norte/Nordeste mineiro, onde predominava a produção estritamente destinada ao autoconsumo, região até hoje arcaica e subdesenvolvida, então com fraquíssimas ligações mercantis com o resto do Estado e com a Bahia. Até praticamente a década de 60, valia para toda a região o que escreveu em 1899 José Augusto Neves, aludindo às vias de comunicação em Diamantina:

*“O município não possui vias de comunicação fáceis... São péssimas estradas feitas a enxadas e pelo trânsito das tropas que possuímos, e também pequenos trechos de rios navegáveis por canoas... As comunicações entre os distritos, povoados, diversos lugares e as cidades, fazem-se por meio de animais, e quando as estradas se prestam também a carros de boi”.*

(NEVES, J. A., 1899)

Nesse cenário sócio-econômico pouco dinâmico, se comparado a São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a Igreja Católica manteve o seu domínio sobre o comportamento da família, suas atividades, articulações com a educação e a política. Como lembra Miriam L. Moreira Leite,

1 Ver, por exemplo, sobre o atraso do gosto musical belorizontino em relação aos centros mais importantes do país. CRUZ, Andréa M. L. a Vargas, Joana D. A Vida Musical nos Salões de Belo Horizonte (1897-1907). *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 120-135, 1989. v. 4, n. 1. Vertambém, com relação ao Modernismo e sua influência em Minas, ÁVILA, Cristina, Modernismo em Minas. Literatura e Artes Plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, 1(1): 165-200, jan. 1986. v. 1, n. 1, p. 165-200. 1986.

*"O temor à influência dos positivistas e dos elementos anti-clericais funcionava principalmente como impulsionador da (re) cristianização de instituições leigas clericais, sem reduzir a influência que a Igreja sempre exerceu junto à sociedade civil e ao Estado. Tanto é assim que foi restabelecido o ensino religioso nas escolas públicas, com o governador Antônio Carlos, em 1928".*

(LEITE, M.L.M, 1984)

Estas condições explicam, portanto, as razões da adequação e do prolongado sucesso dos Colégios internos femininos dirigidos por religiosas católicas em Minas Gerais. Província/Estado tradicional e agrário, relativamente atrasado, onde o controle social é mais penetrante e se impõe sobre os dominados e as minorias, com a população submetida à tutela da Igreja Católica, os papéis tradicionais femininos eram aqui incorporados e aceitos como indiscutíveis, independentemente das situações realmente vividas pelas mulheres dentro e fora da família, no trabalho doméstico, na lavoura, no artesanato, no comércio, na indústria, na educação, e no funcionalismo. O Colégio Nossa Senhora das Dores, ao lado da Casa da Providência de Mariana e de outros educandários religiosos, através de seu trabalho educacional reafirmava a imagem ideal da mulher exatamente como concebida ainda nos tempos coloniais.

## 2. O Modelo Feminino Ideal e as Mulheres do Norte Mineiro

Qual era o ideal educacional que serviu de base para a montagem dos educandários femininos mineiros, como o Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina? Conforme as palavras de Paulo Krüger Mourão,

*"Por estes e outros colégios, verifica-se a preocupação dos nossos antepassados do século XIX de ministrar às meninas uma esmerada educação doméstica destinada à formação de boas mães de família e de eficientes donas de casa, proporcionando-lhes ao mesmo tempo, o conhecimento e a prática de artes, para o encanto da vida social".*

(MOURÃO, P.K)

Nessa citação, que enuncia perfeitamente a intenção dos fundadores e das religiosas responsáveis pelos educandários femininos católicos, a primeira observação a fazer é a de que se concebia a maternidade e o lar como o espaço próprio da mulher. Os padres, seja no púlpito ou no confessionário, e as religiosas nos seus educandários e recolhimentos para moças, ao longo de toda a história brasileira, elegeram como imagem feminina ideal, aquela fornecida pela Virgem Maria, símbolo de mãe, de mulher de costumes austeros e recatados e de fervorosa fé cristã. O recato, a devoção à família, constituída segundo o casamento católico, e a missão de realizar a difusão da fé católica eram as tarefas próprias da mulher, que se queria voltada unicamente para seu lar, seu marido e seus filhos. Assim, a educação da mulher devia visar à preparação para o desempenho das atividades que dela se esperava no lar.

Entretanto, esse modelo não preconizava o isolamento total da mulher no interior da vida doméstica, e, conseqüentemente, sua exclusão do convívio social.

Os ecos do Romantismo e o clima da "belle époque" aportavam para a necessidade de desenvolver, através da educação, os atributos da boa "conversa", que permitiam à mulher ser agradável nas reuniões. Essa era uma exigência crescentemente colocada pela urbanização, que se processou mais intensamente a partir

da segunda metade do século XIX, acompanhada por uma industrialização insuficiente, que ganhou maior dinamismo somente a partir de 1930. Aos poucos, o ambiente da cidade propiciava mais contatos sociais nas festas, nas igrejas, nos teatros. A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço. Conseqüentemente, pequenas alterações na educação dispensada às mulheres ocorreram, com a introdução de atividades complementares: a aprendizagem de algum instrumento musical, de alguma modalidade de Artes Plásticas, aulas de etiqueta social, etc.

Mesmo o norte mineiro, área atrasada no Estado, não deixou de experimentar as influências da urbanização. A partir de 1890, Diamantina, cuja importância como centro urbano remonta ao período colonial, tornou-se um dos centros mais ativos do comércio e indústria do Estado. Naquela época, o município possuía aproximadamente 65000 habitantes, 12500 dos quais vivendo na cidade de Diamantina, que contava com importantes e numerosos estabelecimentos comerciais de diversos tipos, fábricas de tecidos, bebidas, cigarros, três tipografias e três periódicos. Possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais, três hospitais, o Teatro Santa Isabel, biblioteca pública municipal, além de sediar várias repartições públicas (Polícia, Correios, Telégrafos, etc.). (NEVES, J. A., 1899)

Nas décadas seguintes, a vida cultural diamantinense conheceu uma maior intensidade e alguma sofisticação. Eram muitos os saraus realizados nas casas das famílias de destaque; a cidade contava com salão de boliche, pista de patinação, dois cinemas, loja de aluguel de bicicletas, parque municipal, diversas orquestras e numerosos grupos literários. Contava com várias escolas primárias públicas e particulares; quanto à educação secundária, havia a Escola Normal, o Lyceu de Artes e Ofícios da União Operária Beneficente, o Curso de Humanidades do Seminário Episcopal e o Colégio Nossa Senhora das Dores. A educação superior podia ser obtida no "Curso de Theologia" do Seminário Episcopal.

Centro político-administrativo e comercial do norte mineiro, Diamantina influenciava toda a região, especialmente no campo cultural, de modo que naturalmente os filhos e filhas das famílias mais abastadas buscavam realizar ali sua educação escolar e, de volta a seus locais de origem, carregavam um pouco dos ritmos e valores característicos da vida urbana da então apelidada "Atenas do Norte".

Chegando a Diamantina, os moços encontravam os Lazaristas dirigindo o Seminário Episcopal, enquanto as moças eram entregues às Irmãs Vicentinas a quem fora confiado, desde sua fundação, o Colégio de Nossa Senhora das Dores. Conforme Aires da Mata Machado Filho.

*"Aí estudaram avós e mães de muitos entre nós, de onde nos vem a fé verdadeira e o modelo de fina educação de quem falava francês corretamente (...) e cuja tradição continua na sóbria elegância e no amor à correção de linguagem das senhoras e moças diamantinenses. As cornetas brancas das irmãs de caridade borboleteiam junto à severidade das batinas lazaristas, nas recordações mais queridas, não em contraste: em expressiva complementação".*

(MACHADO FILHO, A.M.)

Todavia, a decantada missão das Irmãs Vicentinas não podia ser desenvolvida sem dificuldades, já que era continuamente ameaçada pela presença, em todo o território mineiro e brasileiro, de um outro modelo feminino. Devido às difíceis condições materiais e à insegurança econômica, para a grande maioria das mulheres tomava-se inviável, na prática, seguir fielmente as noções de

continência, virgindade, casamento e monogamia pregadas pela Igreja. Envolvendo de todos os lados o modelo feminino proposto pelos religiosos, havia o comportamento real de mulheres brancas pobres, mulatas e negras, que instaurava cotidianamente um outro modelo, em que eram comuns o concubinato, a prostituição, a presença da mãe solteira, de práticas abortivas, do abandono de crianças (CF. DEL PRIORE). Rondando as moças de boa família, seus lares e seus educandários, havia um imenso mundo de desordem sexual e moral que a pregação da Igreja era incapaz de reformar na direção dos ideais católicos. Daí a necessidade de isolar, no lar ou na escola, as jovens moças para mantê-las puras e virtuosas. Os colégios internos foram uma boa solução para esse problema.

O contato com a rua devia ser reduzido ao máximo. Segundo consta, para evitar que as internas fossem vistas e vissem a rua, construiu-se o passadiço unindo os dois prédios modelos femininos excludentes, também é a estória, narrada por Paulo K. Mourão, relativa à maneira como as Vicentinas conseguiram obter a posse do edifício do lado esquerdo da rua da Glória, onde funcionava um bordel que perturbava a tranqüilidade das moças do educandário em seus primeiros anos de atividade.

As Vicentinas propuseram ao dono do bordel a compra do edifício. Como ele se recusasse a fazer o negócio, religiosas e alunas fizeram uma novena a Nossa Senhora das Dores, ao término da qual receberam, surpresas, a visita do proprietário interessado em vender seu imóvel, o que as irmãs prontamente aceitaram. Para homenagear a Santa, o Colégio passou a ter seu nome.

### 3. Colégio Nossa Senhora das Dores: Múltiplos Espaços e Interdições

Segundo os livros de registro de matrículas de educandários, as moças das famílias de classe média de Diamantina, em sua maioria, freqüentavam o externato; o orfanato, por sua vez, recebia, ainda bastante crianças, mulheres da cidade e seus distritos, Serro, Monjolos, Carbonita (Barreiras), Gouveia e mesmo de localidades mais afastadas. Havia grande dificuldade para conseguir vagas para órfãs no Colégio, tal era a procura das comunidades e o longo tempo de permanência no educandário — em média, as órfãs entravam com idade em torno de dez anos e saíam do Colégio ao completarem vinte e um anos. Por isso, freqüentemente era necessária a intervenção de uma autoridade eclesiástica para fazer-se a internação de uma órfã no Colégio Nossa Senhora das Dores.

Mas era sem dúvida o internato que fazia a fama do tradicional Colégio diamantinense. A maioria das internas era gente de alto poder aquisitivo, filhas de fazendeiros e comerciantes da região. Vinham de lugares como Araçuaí (Arassuahy), Minas Novas, Capelinha, Itamarandiba, Serro, Gouveia, Curvelo, Jequitinhonha, Montes Claros, Patrocínio de Guanhões (Guanhões), Amparo (Januária), Rio Vermelho, Peçanha, etc. Não era incomum o internato

receber moças da Capital, Belo Horizonte, e de Estados como Bahia e Pernambuco.

A partir da segunda metade da década de 20, o Colégio Nossa Senhora das Dores contava, anualmente, com uma população oscilando entre 200 e 300 moças, sendo que pouco mais de um quarto do total era de órfãs. Em 1926, o educandário tinha aproximadamente 200 alunas e dentre elas, 60 órfãs.<sup>2</sup> Em 1942, havia aproximadamente 100 órfãs e cerca de 240 alunas internas e externas.<sup>3</sup>

Essas moças eram distribuídas criteriosamente pelas dependências da "Casa da Glória", onde funcionava o educandário. Havia refeitório, alojamentos e banheiros para as órfãs, bem como uma sala de costura que continha uma grande mesa de trabalho e um altar com as imagens de Nossa Senhora das Graças e de Nossa Senhora Bambina, essa sala era usada exclusivamente pelas órfãs e dava acesso a um pátio de recreio, também de seu uso exclusivo. O mesmo acontecia para as pensionistas (internas), que utilizavam amplos alojamentos, salas de estudo e salões de trabalhos manuais em que não podiam penetrar externas ou órfãs. Havia também um enorme pátio calçado com pés-de-moleque, que as internas chamavam de "céu quadrado", utilizado para seu recreio. Duas enfermarias diferentes, uma para órfãs e outra para internas, destinavam-se ao tratamento das moças doentes.<sup>4</sup>

Completamente separados, ficavam o recolhimento das irmãs, próximo à secretaria — ampla sala onde se destacava um belíssimo oratório com imagens de Nossa Senhora das Graças, São Vicente de Paulo e Santa Catarina —, o gabinete da diretoria (irmã superiora), a enfermaria das irmãs e sua sala de recreio.

Anexos ficavam o palco, a capela, campos de esporte, as salas de música — piano, violino, violão e harmônica —, a horta, as criações de coelhos, de abelhas, de bicho-da-seda, a sala de encadernação, o Grupo Escolar mantido pelo educandário e uma indústria de sericultura.

Nas salas de aula e na capela, espaços criteriosamente escolhidos eram destinados às órfãs, às pensionistas e às alunas do externato. Não se circulava livremente pelas dependências, pátios e corredores do Colégio. Para cada espaço estavam associadas uma atividade e uma hora precisamente determinadas. Para ir de um lugar a outro, andava-se em fila e em silêncio. Somente com autorização expressa de uma irmã, a jovem podia transitar sozinha pelas dependências do educandário.

Quando em trânsito, seja de uma dependência para outra, no interior do Colégio, ou nos passeios que eram feitos aos domingos fora do educandário, as desobediências às regras do silêncio e da fila eram rigorosamente punidas. Dentro da escola, a aluna que conversasse ficava de castigo no próprio corredor ou escadaria em que se encontrava, permanecendo imóvel e de pé. Durante o passeio, a desobediência implicava a suspensão da aluna na semana seguinte. Ainda quanto ao passeio semanal, não se podia sair da fila para conversar com outras pessoas. Aliás, eram raras as irmãs que levavam as pensionistas para passear no centro da cidade; tal como as órfãs, passeavam geralmente pelas cercanias de Diamantina, em filas de três, com duas irmãs controlando o comportamento e observando tudo, especialmente aquelas alunas que tinham namorados.<sup>5</sup>

Deve-se ressaltar que as órfãs eram proibidas de se comunicarem com as pensionistas; a desobediência a essa regra podia resultar em expulsão. Também as externas deviam falar o menos possível com as internas, salvo nos casos em que debatiam assuntos dos conteúdos escolares dentro da sala de aula. Era-lhes terminantemente proibido fazer favores na cidade para as pensionistas. Desse modo, o Colégio procurava garantir o isolamento das moças a ele confiadas, evitando o contato com os "perigos" do mundo

2 Conforme depoimento de Maria José Siqueira, registrado pelo autor em 25 de 05 de 1991.

3 Conforme depoimento de Odete Ribeiro Coelho, registrado pelo autor em 12 de 04 de 1991.

4 Conforme depoimento de Odete Ribeiro Coelho, Maria Aracy Alcântara e Júlia Maria Alcântara Santos, registrado pelo autor em 19 de 04 de 1991, nas dependências do antigo Colégio.

5 Conforme depoimento de Maria Luiza de Marillac Ávila, registrado pelo autor em 10 de 06 de 1991.

externo. As irmãs estavam sempre atentas ao que se conversava no interior do educandário; procuravam mesmo evitar as próprias conversas, pois, como diziam algumas religiosas, “duas (moças) juntas o capeta vem completar a terceira” (SIQUEIRA, M.J.)

Quanto às visitas, elas eram recebidas apenas no terceiro domingo de cada mês, e em horários pré-determinados. Somente parentes eram admitidos no parlatório, local especialmente destinado às pessoas que não pertenciam aos quadros do educandário. A preocupação com os homens, mesmo parentes das alunas, era quase obsessiva. As irmãs não perdiam a chance de reiterar, para órfãs e pensionistas, um mesmo conselho: “não se aproximem dos homens porque eles são perigosos” (COELHO, O.R.)

Os depoimentos de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores são unânimes em apontar o número diminuto de vezes em que as normas disciplinares eram seriamente quebradas ou questionadas. Segundo elas mesmas disseram, “de modo geral éramos submissas”: raras eram as moças mais desobedientes, capazes de manifestar discordância com os regulamentos ou exigências do Colégio. Ao lado desse traço peculiar da mulher brasileira no Império e na Primeira República, decorrente de sua posição secundária e submissa na família patriarcal, agregava-se um outro fator que concorria para a solidez do regime disciplinar: o reconhecimento do prestígio e da autoridade moral da Igreja Católica. As Irmãs Vicentinas eram representantes da Igreja, ou melhor, eram a própria Igreja. Possuíam, por isso mesmo, o tom solene, sagrado e austero que caracterizava a imagem da Igreja nas representações da gente mineira. E as religiosas se esforçavam para reforçar sua autoridade moral, mantendo postura altiva e gestos contidos, cultivando um certo distanciamento. Assim era principalmente a figura da irmã superiora, que se limitava a cumprimentar as alunas em francês. Até a década de 40, as religiosas falavam entre si, durante a maior parte do tempo, naquele idioma.

Os regulamentos e as múltiplas interdições que eles produziam se mantinham válidos não apenas graças à coerção, suposta ou real. Havia uma estratégia que conseguia habilmente a lealdade das jovens. As alunas eram incentivadas a se tornarem “Filhas de Maria”. Órfãs e internas menores recebiam uma fita cor-de-rosa (que representava o menino Jesus). Posteriormente, dependendo de seus gestos e comportamentos, recebiam fitas roxa e verde (preparação) e, finalmente, a fita azul das “Filhas de Maria”. Para conseguir esta última, a jovem deveria se mostrar obediente, humilde, e imitar as virtudes de Nossa Senhora. Considerava-se a maior honra alcançar a condição de “Filha de Maria”, por volta do período final de estudos da jovem no educandário; tanto que muitas alunas não conseguiram tal distinção. As fitas eram usadas para ir à missa, participar de festas, procissões e reuniões com a irmã superiora.

O controle do espaço no qual as moças se moviam, as regras severas de disciplina e obediência, o transcorrer dos dias sempre iguais, o cultivo do silêncio, o incentivo às práticas de devoção, a presença constante de irmãs junto às jovens — havia religiosas designadas para tomar conta das órfãs e outras para olhar as pensionistas —, os raros contatos com o exterior, os horários rígidos e pré-determinados: tudo isto visava regular formalmente as atividades das alunas e eliminar seu tempo psicológico ou intuitivo, bloquear as oportunidades de uma convivência mais informal e profunda entre elas, submetê-las, enfim, aos padrões de

relacionamento considerados ideais pela Congregação que dirigia o Colégio.

Uniformidade de gestos, comportamentos e pensamentos em conformidade com os ditames da tradição católica; do ponto de vista do Colégio e das famílias, educar as moças era fazer com que elas introjetassem um modelo feminino tido como adequado, perfeito e acabado. Buscava-se instaurar conformismo e compromissos. Entretanto, se o objetivo foi conseguido com notável sucesso, não deixou de haver resistências difusas e contestações sutis, muitas vezes inconscientes, da parte das moças. As regras do Colégio sempre sofreram pequenas e constantes afrontas.

É o caso do roubo de frutas e legumes da horta do Colégio, mesmo quando ainda impróprios para o consumo, ou do roubo de pinhas — que as irmãs acreditavam ser um fruto causador de problemas de saúde —, praticados indistintamente pelas alunas. Outra maneira de quebrar as regras do educandário, com a vantagem de ganhar mais tempo de descanso, era simular dores de cabeça ou mal-estar logo pela manhã, evitando assim o comparecimento à missa. Também eram rotineiras as fugas à noite para encontrar os ginásios na cerca que separava o Colégio Nossa Senhora das Dores do Colégio Diamantinense. Muitas alunas acabavam sendo apanhadas e levavam severas repreensões, inclusive com a convocação dos pais para serem informados da ocorrência.

Do mesmo modo, nas salas de aula ou nos banheiros, e mesmo nos alojamentos, as alunas insistiam em realizar práticas divinatórias as mais diversas, expondo-se ao desagrado das religiosas. Havia toda uma “técnica” de interpretação de sonhos que as moças seguiam com convicção espantosa; contavam ainda muitas estórias sobre a instituição, especialmente as de fantasmas que rondavam ou habitavam o Colégio — tudo isso, obviamente, irritava as religiosas. Tanto quanto os devaneios e fantasias a que as alunas se entregavam na hora em que deveriam estar desempenhando atividades estipuladas pela rotina de funcionamento do educandário.

O que os depoimentos revelaram é que tais práticas eram realizadas apenas porque eram proibidas. Pareciam ser uma fonte de prazer das internas e uma mostra de que a instituição podia ser “derrotada” aqui e ali. Atos sem maiores conseqüências ou relevância, tais práticas davam “às pessoas mais do que aquilo que aparentavam dar: independentemente do que davam, tais práticas pareciam demonstrar — pelo menos para o praticante — que ele tem individualidade e autonomia pessoal que escapavam às garras da organização”. (GOFFMAN, Erving. 1987)

#### 4. O Funcionamento Cotidiano do Colégio N. S. das Dores: Relações entre as moças e as irmãs

Levantar as rotinas diárias cumpridas pelas moças do Colégio Nossa Senhora das Dores é um meio de tentar apreender a teia de relações intrincadamente elaborada no interior do educandário, envolvendo pensionistas, externas, órfãs e Irmãs Vicentinas. Para as internas e externas, as atividades diárias concentravam-se em torno das aulas e dos horários de estudo. Para as órfãs, ao contrário, uma série diversificada de trabalhos determinava o passar sempre igual dos dias.

O dia de trabalho das órfãs iniciava-se às 5:30 da manhã.<sup>6</sup> Às 6 horas, participavam da missa e, logo em seguida, dirigiam-se ao seu refeitório para tomar café. Depois faziam a limpeza dos seus alojamentos e do refeitório. Às 8 horas, umas poucas seguiam para as salas de aula, enquanto a maioria ia para o salão de costura, onde se trabalhava até às 11 horas. Algumas senhoras leigas ajudavam nos trabalhos manuais e na criação do bicho-da-seda. Órfãs mais

6 A descrição da rotina diária das moças do orfanato baseou-se principalmente nos depoimentos de Maria José Siqueira e Odete Ribeiro Coelho, duas órfãs educadas no Colégio Nossa Senhora das Dores nas décadas de 20 e de 40, respectivamente.

antigas trabalhavam na cozinha do Colégio, faziam a limpeza do dormitório das internas e dos jardins do educandário. Além disso, cuidavam da horta em sistema de rodízio semanal.

A maioria das órfãs fazia bordados, enxovais e flores artificiais que eram vendidos dentro e fora de Diamantina. Da receita desses produtos artesanais dependia completamente a manutenção do orfanato, e isto certamente contribuía para que muito poucas órfãs fossem destinadas aos estudos secundários.<sup>7</sup> Delas dependia também a realização de uma série de atividades complementares — limpeza, produção de alimentos, preparação de comida, reforma de livros, decoração das dependências da escola, etc. — essenciais ao funcionamento do Colégio. Desse modo, a essas moças de extração social bem inferior, se comparada às internas e externas, naturalmente associava-se a idéia das “artes de costura”, do trabalho duro e mal remunerado.

Por volta do meio-dia, essas meninas pobres recolhidas ao Colégio voltavam para o trabalho, até às 17:30 horas, quando era então servido o jantar. Às 19:30, uma oração encerrava o dia e marcava a hora do recolhimento.

Percebe-se, portanto, que a educação das moças recolhidas ao orfanato limitava-se às primeiras letras — escrever e somar — e ao aprendizado dos serviços domésticos, através do cumprimento de uma exaustiva jornada de trabalho. Da força de trabalho das órfãs dependia todo o educandário. Elas produziam um artesanato valioso para as receitas do Colégio e tornavam possível a dedicação das pensionistas às tarefas do estudo e do cultivo da Arte.

Em contrapartida, recebiam muito pouco: alimentação, vestuário e alguma instrução. Neste ponto é tentador estabelecer uma comparação com as “Workhouses” inglesas, sobretudo quando se sabe que muitas, ao saírem do Colégio, com a idade de 21 anos, iam trabalhar na Fábrica de Tecidos de Biribiri, de propriedade da família do Bispo D. João Antônio dos Santos. Outras iam para Colégios da Irmandade, enquanto umas poucas ingressavam na carreira religiosa e algumas casavam ainda dentro do educandário<sup>8</sup>.

Tratadas duramente pelas irmãs e algumas pensionistas, muitas vezes sofrendo castigos humilhantes na frente das alunas do Colégio, trabalhando e rezando o “terço” de modo ininterrupto dia após dia, vestidas com uniformes diferentes que as distinguiam das externas e internas, as moças do orfanato “se sentiam discriminadas e deixavam transparecer isto. Sentia-se uma revolta contra as pensionistas, elas não estavam sempre de cara boa para as internas” (ÁVILA, M.L.M.). Na hierarquia do Colégio Nossa Senhora das Dores, as órfãs constituíam o grupo menos privilegiado, sobre o qual pesava a maior carga de deveres e tarefas. Ademais, sobre elas caía sempre a acusação de que, na primeira oportunidade, “escorregavam” diante da vida. A condição de órfã era, ao mesmo tempo, marca de inferioridade social e de fraqueza moral.

As internas cumpriam uma rotina diária exatamente igual à

das órfãs, no que concerne aos horários. Dois períodos de aula, pela manhã e à tarde, seguidos de horários de estudo, determinavam as atividades principais das pensionistas. Tanto isso é verdade, que as internas somente arrumavam suas camas; a limpeza dos alojamentos, banheiros e refeitório que usavam não era tarefa delas.

As aulas e os horários de estudo transcorriam num clima de bastante seriedade e silêncio, mesmo porque as exigências de aproveitamento eram grandes. Os exames escolares eram feitos diante de bancas no palco do Colégio, sendo freqüente a participação de professores de outras escolas nessas bancas examinadoras. Para passar do ginásio (2 anos de adaptação) para o Normal (3 anos), havia uma espécie de “vestibular”, muito rigoroso, que reprovava freqüentemente. As alunas reprovadas nesta prova ou que tomavam “segunda época”, passavam nessas circunstâncias por verdadeiros dramas. (ALKIMIM, L.F. e ÁVILA, M.L.)

Valorizava-se muito o gosto e o cultivo da Arte. As irmãs incentivavam a prática da música, do canto e da pintura e organizavam, em geral uma vez por ano, a encenação de peças teatrais. As internas também tinham aulas de trabalhos manuais — no final de cada série, a aluna devia apresentar um número determinado de trabalhos, que eram expostos. Os trabalhos das pensionistas, diferentemente do que ocorria com os feitos pelas órfãs, a elas pertenciam.

Entre as internas, a formação de grupos e de relações mais íntimas dependia de dois fatores: a procedência e a idade das moças. Principalmente no recreio, momento mais propício para os contatos informais, constituíam-se grupos de alunas em função das localidades de origem de cada uma delas. Ao mesmo tempo, as alunas mais velhas isolavam-se das mais novas, evitando manter conversação quando as últimas se aproximavam. Critérios derivados da maior ou menor riqueza familiar não eram determinantes, mas isto não significava que as pensionistas formavam uma “comunidade” perfeitamente integrada. As relações entre a maioria delas eram superficiais e formais. Apenas suportavam juntas o transcurso dos dias no regime de internato.<sup>9</sup>

Ora, na medida em que os “favores” das externas podiam suavizar as agruras do internato, surgia um poderoso fator de estímulo para o estabelecimento de laços de amizade entre as pensionistas e as alunas do externato. Essas últimas desempenhavam um importante papel de mediação com o mundo externo. Faziam coisas para as internas na cidade e, principalmente, traziam as notícias de fora. Muitas vezes levavam cartas das pensionistas para os seus namorados, a ponto de não serem incomuns reclamações de pais junto às religiosas, versando sobre os namoros de suas filhas.

Façamos um parêntese para comentar um dado intrigante. Os livros de registro de matrículas do Colégio Nossa Senhora das Dores mostram que, nas primeiras três décadas deste século, a idade média com que as alunas entravam para o educandário girava em torno de 16 anos.

Em relação aos padrões atuais, trata-se de uma idade elevada. Parte da explicação para esse fato pode estar no que alguns depoimentos revelaram. Era comum que as moças de uma cidade permanecessem anos à espera de companhia — uma outra moça da cidade, uma irmã ou uma prima — até serem matriculadas no Colégio. No caso das famílias de classe média, muitas vezes era necessário juntar, durante anos, recursos para o enxoval e para a manutenção das filhas no educandário. Acontecia também das irmãs mais novas terem de esperar a mais velha se formar, para então serem matriculadas, de modo que o orçamento familiar não fosse muito onerado.

Resta abordar os aspectos básicos das relações envolvendo

7 Na década de 20, Irmã Bertrand proibiu durante dois anos o ensino normal para órfãs, conforme depoimento de Maria José Siqueira. Em 1942, das 100 moças do orfanato, somente cerca de 20 estudavam no Curso Normal, conforme depoimento de Ligia Flecha de Alkimim, registrado pelo autor em 10 de 04 de 1991.

8 Nesse caso, o casamento era realizado na Capela do Colégio e a órfã recebia, a título de dote fornecido pelo educandário, um enxoval. Nos nove anos em que a depoente Maria José Siqueira esteve no Colégio, aconteceram apenas dois casamentos.

9 Os depoimentos e os livros de matrículas revelaram que, comumente, mulheres de uma mesma família — irmãs, primas — estudaram juntas no Colégio. Além disso, gerações sucessivas de jovens de famílias da região foram educadas no Colégio Nossa Senhora das Dores.

as Irmãs Vicentinas e as moças do velho Colégio. Como mencionado anteriormente, a nota característica era dada pelo distanciamento das irmãs. Do modo geral, as religiosas dispensavam um tratamento austero às suas alunas. Não conversavam mais demoradamente com as jovens, nem discutiam com elas os “problemas” da adolescência. Ao contrário, cultivavam a contenção dos gestos e dos sentimentos, e exigiam muito silêncio. Pode-se dizer que não estavam interessadas em perscrutar o íntimo das moças, bastando-lhes a conformidade exterior do comportamento das alunas ao modelo feminino ideal preconizado pela Congregação.

Havia, entretanto, umas poucas irmãs que mantinham relações mais íntimas com alunas ou grupos de alunas. Eram religiosas que despertavam maior simpatia e tinham um pouco mais de abertura para conversar com as jovens. Assim, acabavam se transformando em “mães de classe”. A expressão é reveladora da missão e da vocação últimas das Irmãs Vicentinas: elas são mães, mães espirituais. “Uma Filha da Caridade é a mãe, com a ajuda de Deus, da menina do povo. Ela a envolve de cuidados, de afetos, de conselhos, e de toda a solicitude da maternidade na ordem da salvação” (LOPPES, E.M.T. 1991, p. 29-35). Frequentemente, estas irmãs mais próximas das alunas do Colégio eram as mais jovens dentre as religiosas e as que se mostravam mais flexíveis quanto ao regime disciplinar, acobertando erros ou agindo no sentido de moderar os castigos previstos.

Por outro lado, algumas irmãs, mais do que outras, a todo momento reforçavam a noção de pecado e constantemente davam sermões e “lições de moral” para o grupo. Havia ainda, segundo alguns depoimentos de ex-alunas, irmãs que adulavam internas mais ricas, cujos pais, geralmente fazendeiros, faziam doações consideráveis de gêneros — queijo, manteiga, carne de porco, etc. — para o Colégio.<sup>10</sup> Ademais, muitos depoimentos apontaram para a existência de ligações amorosas tanto entre alunas quanto entre alunas e religiosas.

Um conjunto de práticas institucionalizadas procurava resolver os inconvenientes do rígido formalismo que regulava as interações entre as religiosas e as jovens que eram educadas no Colégio. Havia cerimônias em que as irmãs e alunas “se misturavam” através de formas padronizadas de sociabilidade: os bailes e jogos ao ar livre, no caso das internas, e a festa de Natal, no caso das órfãs. Nesses momentos, as moças e as irmãs tinham licença para “tomar liberdades”, apesar das fronteiras de casta.

Na festa de Natal das órfãs, as irmãs montavam uma grande árvore, onde penduravam presentes; havia alimentação bem mais farta e agradável e alguns deveres de trabalho eram cancelados. As irmãs serviam a mesa e tratavam cordialmente as órfãs, a ponto de sensibilizá-las fortemente.

Algumas vezes por ano, as internas eram incentivadas a organizar bailes, com música, canto e dança, para sua própria diversão. Faziam a decoração do palco e suas “roupas”, utilizando material barato — papel e retalhos de pano. Destas festas participavam externas e Irmãs Vicentinas, que demonstravam alegria e interesse maternal. Também nos jogos ao ar livre — a modalidade mais praticada no Colégio era o voleibol —, internas, externas e religiosas tinham oportunidade para contatos mais informais e, durante o período dos jogos, acontecia esse notável esquecimento das diferenças sociais que é criado pelos esportes.

Todas essas práticas serviam para diminuir a distância entre religiosas e alunas, de modo a permitir uma imagem um pouco

mais favorável, aliviando as tensões internas ao educandário. Tais práticas buscavam exprimir solidariedade, unidade e compromisso conjunto com relação à instituição.

Essa imagem de solidariedade e coesão devia chegar até o mundo exterior. Daí a necessidade de manter contatos ritualizados com o povo da cidade, através da participação em procissões e desfiles cívicos. As alunas do internato e do externato saíam nas procissões do Santíssimo, de São Vicente de Paulo e de Nossa Senhora das Graças, que ocorriam tradicionalmente em Diamantina. Desfilavam nas comemorações de 7 de Setembro, impecavelmente vestidas e organizadas.

Os contatos com o exterior auxiliavam no processo de reconhecimento público do Colégio Nossa Senhora das Dores, processo esse que contava ainda com a festa de Santa Luiza de Marillac, quando o educandário recebia pessoas de fora para assistirem às representações das alunas e observarem seus trabalhos escolares.

Numa clara reelaboração de suas experiências no Colégio Nossa Senhora das Dores, as depoentes foram unânimes em qualificar o tempo vivido por elas na escola, como uma “época boa, alegre e edificante”. Consideram ainda hoje exemplar a qualidade do ensino e o ambiente de estudo que havia no Colégio. Fizeram apenas um reparo quanto à educação que receberam: acham que não lhes foi dada orientação para enfrentar o mundo, ou melhor, para entender os homens, a sexualidade, as paixões e o casamento.

##### 5. Uma Discussão Obrigatória: A educação de elite e a não profissionalização da mulher

O exame do conteúdo que as moças estudavam no Colégio Nossa Senhora das Dores permite-nos discutir a questão da não profissionalização da mulher, tendo em vista o cenário mineiro do período entre 1860 e 1940.

Como nos demais educandários femininos de Minas Gerais, a organização curricular do Colégio privilegiava as humanidades e as artes, em detrimento das ciências naturais, do incentivo à leitura de obras literárias modernas e das competições desportivas. De acordo com os livros de atas dos exames do Curso Normal, as matérias estudadas até a década de 30 eram: Catecismo e História Sagrada, Português e Francês, Matemática Elementar (Geometria, Aritmética e Artimética Comercial e Escrituração Mercantil), Geografia e Cosmografia, História Geral e do Brasil e Instrução Moral e Cívica, Desenho Linear e Figurado, Música, Caligrafia, Costura e Bordados, Física, Química, História Natural, Higiene e Economia Doméstica, Metodologia e Pedagogia.

Na disciplina Economia Doméstica, lecionada em dois anos, as alunas aprendiam a cerzir roupa, elaborar o orçamento doméstico, noções de higiene, etc. Na década de 40, foi introduzida a disciplina Puericultura, também lecionada em dois anos, em que elas montavam o “álbum do neném”, desde o pré-natal até 1 ano de idade. Essa disciplina era desenvolvida por médicos de Diamantina, e dela constavam visitas à Santa Casa, para observar grávidas e recém-nascidos.

Além do ensino regular, é preciso atentar para o valor educativo da própria rotina de funcionamento do Colégio. As moças entravam continuamente em contato com pessoas desempenhando tarefas as mais diversas: fabricação de doces, bebidas e conservas, cultivo e organização da horta da escola, fabricação doméstica de sabão e de diversos tipos de massas e pães, produção artesanal de utensílios domésticos e, especialmente, todo o trabalho envolvido na produção de fios de seda e de panos de algodão, sem falar no cultivo de alimentos, como as hortaliças.

É claro que essa educação oferecida no Colégio Nossa Senhora das Dores mostrava-se perfeitamente adequada às necessi-

10 Depoimento de Stael de Jesus Alves Ferreira, registrado pelo autor em 25 de 06 de 1991.

dades da sociedade e da economia mineira. Preparava as moças para desempenhar uma variada gama de serviços na administração pública, nas fazendas, no comércio, nas oficinas e pequenas indústrias mineiras. Afinal, Minas Gerais tinha, no período entre 1860 e 1940, uma economia agrícola que dispensava maior especialização da força de trabalho e aperfeiçoamentos técnicos nos meios de produção, e cujo "locus" era a fazenda mineira.

A estrutura produtiva de algumas das maiores fazendas era rica em nuances. Além dos engenhos, moinhos, alambiques e equipamentos de beneficiamento da produção agrícola, era possível encontrar olarias, serrarias, pequenas fundições de ferro, inúmeros teares, sem falar de uma variada produção de laticínios, doces e conservas. Noutros termos, sobre um núcleo agrário trabalhando para a subsistência local existia, concomitantemente, um aparelho produtor industrial, baseado na oficina e no trabalho doméstico, que permitia a inserção eventual em sistemas de trocas aos menos parcialmente mercantilizados (LIBBY, R.C.)

Ora, a educação recebida pelas moças de elite em educandários como o Colégio Nossa Senhora das Dores tornava-as essenciais à "economia política da fazenda mineira". Eram as senhoras brancas que compreendiam os elementos pertinentes à maioria dos processos produtivos da fazenda e, obviamente, como organizá-los de acordo com os recursos e técnicas tradicionais disponíveis. Transformava-as, portanto, em administradoras tão importantes quanto os homens proprietários. Ouçamos, a esse respeito, Sylvio de Vasconcelos:

*"A mulher tem seus direitos e muitas atingem posições de relevo por sua capacidade própria. Joaquina de Pompéu, por exemplo, foi extraordinária administradora. Na verdade, a chefe de direito, nas zonas rurais, cabe ao marido, mas a de fato, à mulher. No mutismo cauteloso e nas reservas, às quais se recolhe o senhor, é à senhora que incumbe o comando efetivo da propriedade, a distribuição dos serviços, a atenção à criação dos animais, a economia doméstica, a educação dos filhos, os cuidados da família. O marido, quando muito, orienta em última instância; a mulher executa"*

(VASCONCELLOS, S. 1968)

Ademais, não se deve esquecer de que uma filha formada no Curso Normal representava um instrumento importante para a manutenção do poder político das famílias de mandatários locais. Eram freqüentes as mulheres fazendeiras/professoras, que passavam longos períodos de sua vida dirigindo as escolas públicas das pequenas cidades do interior, desempenhando, portanto, importante papel político nas localidades mineiras.

O dado fundamental é que a discussão sobre as relações entre a educação de elite e a profissionalização dos jovens, no período que estamos considerando, tem que levar em conta o fato de que

as idéias de profissionalização e mesmo de remuneração do trabalho eram estranhas aos proprietários e aos trabalhadores mineiros. Não poderiam nascer enquanto não ocorresse o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto não surgissem condições históricas que possibilitassem a superação das estruturas econômicas e sociais típicas da "fazenda mineira".<sup>11</sup>

A educação recebida pelos homens mineiros até a década de 30 corrobora o ponto de vista expresso acima. Realizada em instituições religiosas, como os seminários e colégios internos — o mais famoso dos quais era o Colégio do Caraça —, era centrada nas humanidades e na literatura clássica, pouco orientada para as ciências naturais e para o estudo dos problemas novos que o País enfrentava. Mesmo as escolas superiores profissionais — em Minas havia, até os anos 30, a Escola de Minas e a Escola de Farmácia, em Ouro Preto — tinham muito mais o caráter de "escolas de cultura desinteressada" (TEIXEIRA, A., 1989)

Ressalte-se que, para a maioria dos filhos das famílias de grandes proprietários, a carreira esperada era a do lucro e do prestígio (social e político), envolvendo particularmente o engajamento nos postos de mando dos órgãos estatais e na vida política. Desse modo, o diploma de advogado, médico ou engenheiro habilitava-os ao gozo dos privilégios atribuídos ao "homem de cultura" dentro da máquina estatal. Raros foram aqueles que abraçaram realmente a profissão correspondente ao seu diploma, inclusive porque Minas não oferecia maiores oportunidades de trabalho para técnicos.

Enfim, podemos concluir que a educação da mulher mineira, realizada em educandários como o Colégio Nossa Senhora das Dores, estava organizada de acordo com as mesmas influências pedagógicas e ideológicas que presidiram o ensino promovido, no Brasil, pelas ordens religiosas católicas. Conforme as palavras de Elza Nadai, a

*"educação (da mulher) vinculava-se, como o discurso político enfatizava, sobretudo, à sua condição de mãe e congregadora nuclear da família; em outros termos, sua educação como condição da educação da própria família"*.

(NADAI, E., 1989)

Entretanto, diferentemente do caso paulista a que se refere o estudo de Elza Nadai, não nos parece correto afirmar, para a mulher proprietária mineira, sua "invisibilidade" social, isto é, não se pode aceitar que ela ficava no lar enquanto só o marido trabalhava e produzia. Ao contrário, muitas evidências sugerem que as tarefas da mulher branca proprietária não eram rotineiras, fragmentárias ou mecânicas; mais importante ainda, as mulheres davam uma contribuição essencial ao funcionamento e à renda real da fazenda mineira.<sup>12</sup>

No desempenho de suas múltiplas atividades, as senhoras mineiras utilizavam um conhecimento tradicional que requeria inteligência, habilidade, experiência e qualidade de direção e organização. Suas atividades, por serem compostas de uma grande variedade de tarefas, necessitavam de uma qualificação e de raciocínios que permitissem integrá-las. As tomadas de decisões de direção eram aplicadas com maior freqüência nos trabalhos das mulheres do que nos trabalhos masculinos.<sup>13</sup> Tudo isso requeria uma preparação, que incluía experiência prática e maturidade, adquirida em grande parte no interior de educandários como o Colégio Nossa Senhora das Dores, ao longo de muitos anos de internato.

É desejável e necessário que se realizem numerosas pesquisas sobre o cotidiano das mulheres das famílias proprietárias mineiras, sobre o conteúdo de suas atividades na fazenda - que o geógrafo

11 Para discussões mais detalhadas sobre o pequeno número de "especializações" e a predominância de relações pré-capitalistas de produção na economia mineira no século XIX, ver LIBBY, Douglas C. Op. cit. p. 27-133.

12 MOREIRA LEITE, Miriam L. Família Século XIX. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro v. 3, n. 14, p. 34-40, set/out. 1984. Para a crítica à ênfase dada à família do tipo patriarcal e ao mito da mulher submissa e do marido dominador, ver o excelente estudo de SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo; Marco Zero, 1989.

13 Sobre o trabalho das mulheres do campo no terceiro mundo, ver MICHEL, André. *As produtoras invisíveis, o emprego e as necessidades essenciais*. IN: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 33, n. 8, p. 1059-1071, ago. 1981.

francês Pierre Denis qualificou como "qualquer coisa intermediária entre a família e um reino" — e sobre a qualificação dos trabalhos que exerciam, para que se possa compreender melhor o lugar que elas ocupavam na sociedade mineira e, conseqüentemente, a natureza da educação que recebiam no lar e nos educandários femininos durante todo o Período Imperial e a Primeira República.

### BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. **História oral: uma reflexão crítica.** In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 6, 1988, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 20 de julho de 1988.
- Cf. DELPRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Manicônios, prisões e conventos.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LEITE, Mirian L. Moreira, Outra face do feminismo; Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. p. 8.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformações e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Uma contribuição da História para uma História da Educação. **EM ABERTO**, Brasília, n. 47, p. 29-35, jul./set., 1991.
- MACHADO FILHO, A. M. O primeiro Bispo: In: Sesquicentenário de elevação do Tijuco a Vila Diamantina: 1831-1981. Belo Horizonte: Coordenadoria de Cultura/Imprensa Oficial, p. 127.
- MOURÃO, Paulo Druger Correa. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império.** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930).** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NADAI, Elza. A Educação de Elite e a Profissionalização da Mulher Brasileira na Primeira República: Discriminação ou emancipação. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 5-34, jan./dez. 1991.
- NEVES, J. Augusto. Chorographia do Município de Diamantina. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello. **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade: ensaio de caracterização.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- WIRTH, John. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional (1889-1907). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo, DIFEL, 1985, t. 3, v. 1.